

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Caraíbas

O território tradicional da Comunidade Caraíbas está localizado em terras semiáridas, na “entrada do sertão” sergipano. Sua área foi delimitada em 3.085 hectares e fica na confluência de cinco municípios: Canhoba, Aquidabã, Amparo de São Francisco, Telha e Cedro de São João. Até meados do século 19, a posição periférica da região na economia da Província de Sergipe permitia a permanência de povos indígenas e atraía negros e pardos, que ali encontravam refúgio contra a opressão.

A comunidade quilombola se formou a partir da chegada da família **Piloto** à região de **Caraíbas**. Lá encontrou uma cobertura de mata apropriada para o refúgio, solo adequado para



o cultivo e liberdade para produzir a sua alimentação. Depois de estabelecidos, os Pilotos acolheram no seu território a família Sertão, vinda de Pernambuco. As uniões conjugais entre as famílias Piloto e Sertão formaram “a raiz velha” da comunidade de Caraíbas, que hoje soma cerca de 140 famílias.



O povoado de Caraíbas

Os problemas da comunidade começaram com a expansão da pecuária sobre as suas terras. Com o intuito de formar grandes pastagens, os fazendeiros fizeram compras questionáveis de grande parte do território em Caraíbas. Como resultado, a comunidade se viu sem terras para cultivar, sem poder criar o seu gado livremente, sem água de boa qualidade e em constantes confrontos com os vizinhos fazendeiros. “No tempo dos meus pais, isto aqui era um lugar tão bom para trabalhar! Era bom, porque, quando a pessoa queria botar uma rocinha, tinha terra”, lembra a Sra. Vicenza.

O desmatamento e a perda de terras agravou as condições de vida, impelindo os moradores de Caraíbas a lutar por seu reconhecimento como quilombolas. Em 2005, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares. Dando prosseguimento à sua organização política, formalizaram em 2008 o registro da Associação Quilombola Dona Paqueza Piloto, liderada pela Sra. Nézia. Com a Associação, os quilombolas intensificaram sua luta pela retomada das

terras, iniciando a reivindicação da titulação de seu território. “Somos uma comunidade que reconhece os seus direitos e que segue lutando para que eles sejam cumpridos”, diz a Sra. Nézia.

O sertão sergipano: resistência e autonomia

Durante o período colonial a maioria dos negros cativos da Província de Sergipe estava na zona da mata. Hoje, no entanto, as comunidades negras rurais do estado se concentram no sertão. Essa diferença se deve ao fato de o sertão ter oferecido condições mais favoráveis para as fugas e migrações de negros. Longe dos senhores de engenho, os negros tinham mais chance de escapar da escravidão e formar quilombos. Nesse sentido, o sertão foi lugar de refúgio mesmo após a Abolição.

Um alvará de 1704 atesta a antiguidade da ocupação marginal do sertão sergipano. O documento determinava “extinguir os mocambos, aprisionar os negros e reduzir os índios Macaz, Cucuriás, e Caboclos” da região. O município de Canhoba reconhece a ancestralidade indígena em vários nomes de lugares, incluindo o seu, o de Caiçara e o do próprio povoado de Caraíbas. Canhoba significa “folhas escondidas”, uma erva usada pelos povos originais, da etnia Cataioba. Cataioba é também nome da “farda” usada no *toré*, ritual de indígenas da região, como os Xocó. Já Caraíba pode ser tanto o nome dado ao grande pajé tupinambá, como pode designar o falante da família linguística caribe. Mais usualmente, é o nome dado por indígenas para o homem branco.

Pouco antes da Abolição, a província sergipana contabilizava uma população de cerca de 20.000 escravizados, a maioria envolvida na produção de açúcar, embora também houvesse pequenos e médios donos de escravos nas cidades e em fazendas voltadas para as culturas de mantimentos (mandioca, feijão, arroz e milho). A existência de 820 engenhos em Sergipe nesse período expressa a importância que o açúcar tinha para a economia da província.

A resistência dos negros à escravidão se manifestou em fugas, na organização de insurreições e na formação de quilombos, também conhecidos como ranchos ou mocambos. Desde o século 17 há notícias sobre a formação de quilombos em Sergipe. O processo de *aquilombamento* contava com ampla rede de apoio, que abastecia os negros de meios de subsistência e os mantinha informados sobre as incursões repressivas. Em fuga, os quilombolas se escondiam nas matas, nos canaviais, e mesmo nas senzalas dos engenhos. As alianças incluíam tanto *asenzalados*, como negros livres e forros das cidades, comerciantes e apoiadores da causa.

A origem da Comunidade de Caraíbas

As famílias que deram origem à Comunidade de Caraíbas, Piloto e Sertão, eram saídas do cativeiro. Segundo os quilombolas, a família Piloto foi a primeira a chegar à região, formando um amplo território. Sr. Luís conta: “**Os Pilotos eram a raiz velha daqui de dentro.**” Apesar de não detalharem as condições dessa chegada, os indícios são de que trata-se de uma família de libertos em busca de condições para viver de modo autônomo e se afastar da escravidão. Os maus tratos do cativeiro fazem parte da memória coletiva do quilombo e sempre aparecem nos relatos sobre seus antepassados.

D. Mariquinha, moradora da comunidade, relembra as conversas de suas avós, Agostinha Piloto e Agostinha Januário, sobre o passado escravocrata:

Eles conversavam muito esse povo... o que era o cativeiro. Eu mesmo não alcancei não, sabe! Mas eu ouvia eles conversarem! **Conversar que o cativeiro... sei lá... era o povo batendo atrás, era o cangalho em cima da pessoa. Sei lá, uma desgraça.**

A família Sertão chegou algum tempo depois e foi acolhida pela família Piloto. Sr. Manoel Luís, descendente da família Sertão, dá seu depoimento:

Meus avós é que não eram daqui... Quando [minha avó] chegou aqui era pequena, veio de Pernambuco, saiu de lá do chicote para aqui, chegou aqui, se escondeu... Zefa Sertão, o nome dela era Zefa, mas aí botaram Zefa Sertão... Meu avó chamava João Sertão, também não era daqui, mas veio para aqui.

E continua, relatando os motivos da fuga dos avós:

Eles fugiram com medo do couro... Antigamente tinha os escravos né? E esse pessoal que nem minha avó, que o pai dela veio pra aqui, veio de lá já corrido de que não estava aguentando mais... Eu sei que quando minha avó veio pra aqui, ela chegou com idade de 5 a 6 anos aqui e foi no ano que ela foi liberada dos escravos. Agora quantos anos tem? Eu vou procurar saber quantos anos tem que os escravos foram libertos.

A liderança Nézia, bisneta da memorável Zefa Sertão, também lembra episódios contados a ela:

A história que ela dizia e que a gente ficou sabendo é que eles trabalhavam o dia todo e depois ganhavam no final do dia um litro de milho para torrar e comer. E muitas vezes, nessa trabalhada, ainda existia, tinha no grupo uma pessoa, não sei como era o esquema, que arranhava eles com pé de galinha. Eles tinham um pé de galinha e arranhavam eles, saía sangue das costas deles com esse pé de galinha... A história que a Zefa deixou pra gente né...

As transformações do território de Caraíbas

A história do território de Caraíbas tem três fases marcantes: os “tempos do mato”, um período de transição e os tempos atuais. Na primeira fase – relacionada à chegada dos ancestrais e ao relativo isolamento da região – os moradores tinham amplo acesso à terra e aos seus recursos. Na segunda fase, essa situação de prosperidade começa a se transformar devido ao avanço crescente de um novo modelo produtivo na região, o agropastoril.

A implantação de fazendas de gado e de produção algodoeira deu início a um processo de expansão sobre as terras da comunidade. Vários quilombolas relatam que, nesse período, parcelas de terra foram vendidas pelos antepassados por meio de transações fraudulentas, em que os compradores se aproveitavam de momentos de fragilidade econômica ou emocional dos moradores e ainda ocupavam áreas maiores do que as pagas. Sra. Nézia detalha o que acontecia:

Minha mãe conta que quando esse rapaz comprou – por necessidade, porque minha avó adoeceu e meu bisavô teve que vender alguns pedaços pra cuidar dela – e aí tinha [vendido] uma quantidade e o rapaz cercava a outra quantidade ... **E aí meu bisavô, velhinho, mas ainda andava pras terras deles, vinha e reclamava: “Prazeres, fulano lá está danado porque eu vendi uma quantidade e ele cercou outra”. Só que ele nunca falava, porque não tinha o conhecimento de falar. Deixava pra lá...** E assim foi perdendo, ele ficou velhinho, dividiu as heranças. Também desfizeram e aí ficou.

Ficou marcada na memória dos quilombolas a figura de um major acusado de ser um dos grandes expropriadores das terras nesse período. Sra. Nézia relata:

Estas terras não eram cercadas... Aí, chegando aqui o Major [...] comprou uma parte das terras – segundo minha avó dizia, que trocava até por uma carteira de cigarro ou um salaminho de farinha – ... ele comprava... vamos dizer que ele comprava duas tarefas e cercava mais. Entendeu?... Aí eles cercavam a quantidade que eles queriam. **E foram chegando outras pessoas e se apossando dessas terras... até que eles perderam a posse de tudo... das terras. E ficaram sem terra.**

Nesse período, os moradores ainda puderam manter o usufruto de parte de suas terras, perdendo gradualmente, contudo, o acesso livre aos recursos naturais. O avanço da pecuária foi trocando as matas por campos de pastagens. Agora submetidos aos novos proprietários, para poder abrir roçados, os quilombolas tinham que entregar capim plantado ao final da colheita e trabalhar a troco de baixa

remuneração. “Ela dava a terra, a gente plantava para a gente, depois dava em troca para ela a terra plantada de capim”, lembra a Sra. Nézia, referindo-se a uma das compradoras das terras de seus ancestrais. “Ela dava o capim. Antes de tirar o legume, era o período de plantar o capim para quando tirar o legume ficar o capim para ela.”

O processo de avanço da pecuária sobre as terras da comunidade culminou na terceira fase, a contemporânea, ligada à figura de dois grandes proprietários. Esse momento caracteriza-se pela privação quase total de acesso à terra pelos quilombolas. Como conta Sr. Luís:

Agora, quem desgraçou todinho aqui essa região de terra para roça foram esses dois proprietários. Porque antes a gente botava roça aqui em todo canto. Era ou não era? ... Daí pra cá foi comprando as terras de quase todo mundo... Ainda tinha [capoeira para fazer roça], mas eram outros fazendeiros que davam pra nós, entendeu? E eles [os novos proprietários] compraram e não deram mais. Os outros fazendeiros ainda davam um pedaço de capoeira cheia: “plante roça”. A gente ia e plantava a roça. Mas foi que esse proprietário comprou o terreno, ele não deixou mais ninguém plantar nem um palmo de roça.

Como resultado desse histórico de privação do território original, a Comunidade de Caraíbas passou a viver em uma pequena faixa de terra rodeada por propriedades rurais, cercadas com arame farpado. A produção agrícola, mantida por alguns, ficou reduzida a pequenos cultivos nos quintais de suas casas.



Criação de gado no território

A grande maioria, sem opção de renda, foi obrigada a servir de mão de obra nas fazendas da região para conseguir sobreviver.

Território da memória

Os moradores de Caraíbas reconhecem que a diferença entre os tempos antigos e os atuais se baseia na perda do acesso ao território. A mudança está impressa na paisagem atual, em que a mata deu lugar ao capim e às plantações das fazendas. Os mecanismos ilícitos de transferência de terras desarticularam o antigo território compartilhado pelos descendentes dos Piloto e dos Sertão. Sr. Manoel Luiz dos Santos, da família Piloto, testemunha o processo:

Mas quando os troncos se acabaram, ela só ficou com os fundos de casa. [A família de Nézia] é a que tinha mais terras aqui dentro das Caraíbas ... Mas, repare, hoje o que é que eles têm?! Não foram eles que venderam. Quem vendeu foram os pais deles, pra trás, o avôs. Porque acabaram com a terra e eles ficaram sem nada aí... E tudo de boca. Nada de papel. Agora, porque eles fizeram isso em cima dos pobres, aí eles mesmos fizeram o documento! ... Todos eles têm! Agora, foi feito por eles mesmos, mas depois, porque eles compraram de boca! Enquanto eles compravam cinco tarefas, cercavam dez. E ia fazer documento?! Eles são sabido! Ia fazer documento?! Agora, depois que eles pegaram e encheram o cachimbo de carracheira aí foi fazer a escritura pra dizer que era deles! E eles não estavam, hoje estão certos.

Sr. Luís completa:

Esta terra aqui era de minha avó! (...) Pegava do lado do cemitério, pegava daquele beco pra cá ... saía lá na pastoral, a terra de minha avó. Os brancos foram chegando, foram comprando tudo dos pretos, né... foram comprando os pedacinhos, comprando os pedacinhos e a gente chegou em nada, hoje em dia não tem nada aí.

Embora materialmente expropriados, o território ancestral continuou sendo vivido pela comunidade de outras maneiras. Além de reconhecerem, na paisagem, locais que lembram antepassados e

a lida de seu trabalho na terra, o território da memória também possui uma dimensão mítica, formada por seres e entidades sobrenaturais.

Um desses seres, a Caipora é lembrada pelo tempo em que ela e os antepassados compartilhavam o mesmo ambiente natural. Nos tempos antigos, a Caipora era quem guardava o mato. Depois que os pastos de gado e as plantações tomaram o lugar da mata, dificilmente a Caipora pode ser encontrada. O afastamento da Caipora expressa, assim, a diferença entre os tempos antigos e o atual. Hoje, a sua presença é garantida na memória da Comunidade de Caraíbas, fortalecendo a ligação entre o passado e o momento presente dos quilombolas.

O Sr. Luís testemunha o tempo em que a Caipora exercia seu poder sobre os animais da mata. Caçadores como ele sabem que só podem abater animais se ela permitir. A Caipora pode confundir um experiente caçador, fazendo-o perder o rumo na mata, se assim ela entender. Não se deve, por exemplo, caçar nas sextas-feiras e quem não segue essa prescrição pode ficar em apuros, como aconteceu com o próprio Sr. Luís. Um dia, a Caipora deu-lhe um corretivo, fazendo-o caçar com um conhecido, já falecido:

Não, mas aí só mata assim se ela quiser! A caça, tanto um veado como outra coisa... qualquer caça... se ela permitir, você mata até o nambu ... Eu já dei até oito tiros no nambu e não acertava... Eu via o chumbo bater nas penas dela... e ia-se embora! E não foi só... Aqui várias pessoas já atiraram no nambu desse jeito! Porque, se ela tiver com uma caça, não tem cachorro que pegue, nem tem chumbo que mate, nada assegura aquela caça. Você pode ficar areado umas duas horas pra dentro do mato, sem saber o caminho de casa ... E nesses tempos o mato era grande, não tinha aquelas capineiras; tinha os matos, né...

Eu ia caçar e meu pai dizia que dia de sexta-feira não era dia de caçar, mas eu era [teimoso] pra caçar dia de sexta... e nunca me dei mal. Nesse dia, ela mostrou-me pra eu não caçar, mas eu teimei e cacei. Me dei mal. Cacei até com um defunto!...



Sr. Luís, narrando histórias da Caipora.

Esse defunto era meu amigo de caçada... Na chegada do mato, esse cara apareceu: o cachorro dele estava correndo para um tatu ... Eu não conheci a fala, né... era daquele parceiro meu que tinha caçado junto comigo e já tinha morrido há seis anos... arrancou o tatu e depois passou com aquele jeitinho por mim... aí me lembrei dele. E era ele.

O pertencimento à comunidade inclui a vivência desses encontros com a Caipora: seja compartilhando as narrativas a seu respeito, seja ao andar na mata, quando a pessoa pode ser alvo das suas trapaças. Dona Isaura relata o momento preferido da Caipora aparecer.

[A Caipora aparecia no fim da] tarde, quando nós íamos [apanhar] a lenha ... Na mata do finado Cesário, onde é hoje [a fazenda] de Dr. Carlos. Areava o povo! Ia pra lenha, fazia o feixe de lenha e botava na cabeça, [ela fazia com que] a pessoa ficasse besta assim, ói..., com o feixe de lenha na cabeça, sem saber pra onde ir. Eu nunca vi não, mas uma vez fui pra lenha, me areei, minha filha, foi duro... ói, a estrada assim, ói... e ninguém não sabia...

O samba de coco é outra manifestação cultural associada ao território antigo. Antigamente, o samba de coco animava os moradores, quando realizavam alguma atividade coletiva, como construção de

moradias. Seu ritmo guiava a cadência da construção e a “batida de pé” modelava o alicerce das casas. A mesma batida animava as festas realizadas durante colheitas. O tempo da debulha de feijão e da debulha de milho era tempo de samba do coco. “Samba de roda, samba de coco... A poeira voava!”, conta o Sr. João. “Vinha cantador dali da Lagoa do Mato... Eu me lembro ainda que, quando minha mãe fez a casa dela, o finado Rosano colocou um samba de coco para apilar”.

Do território antigo, a comunidade recorda o acesso a quatro tanques: o do Caboclo, o Tanque Grande, o Caraíbas ou Craíbas e o Paqueza. Os tanques forneciam água para as atividades cotidianas do grupo, sendo pontos de encontro para quem ia lavar roupas e vasilhas ou apanhar água para cozinhar, beber e tomar banho.

O Tanque Paqueza ainda é usado pelos quilombolas e leva o nome de Paqueza Piloto, uma das fundadoras da comunidade. “No tempo dos meus pais e da finada Paqueza, ninguém nunca tomou banho lá”, conta Dona Maria Isaura. “Era só para beber. Quem quisesse água para banho tirava o pote d’água ou o balde e ia tomar banho fora de lá, em casa.” O Tanque do Caboclo foi aterrado, por estar em terras expropriadas. Entretanto, continua vivo na memória da comunidade por ser uma lagoa encantada, em que houve muitas aparições. “Era um tanque lascado!”, garante a Sra. Maria Isaura.



Quilombolas lavando roupa

A vida nos “tempos atuais”

O território dos quilombolas de Caraíbas não é só uma porção de terra, mas também uma identidade, produzida pela continuidade de vínculos genealógicos firmados ao longo da história da comunidade. Os moradores atuais são em grande parte descendentes das duas famílias que originaram o quilombo: Piloto e Sertão. Casamentos entre essas linhagens ancestrais, e com outros *chegantes*, formaram as famílias que hoje compõem a comunidade. As principais são os Santos, os Silva, os Melo e os Mota. Todos possuem fortes laços de parentesco.

Casamentos entre primos estreitam as ligações entre as famílias, e geralmente os filhos herdam o sobrenome tanto da mãe quanto do pai. As relações de compadrio são valorizadas, e existe o costume de o sétimo filho ou filha de um casal ser batizado pelo seu irmão primogênito. Segundo os moradores, caso esse batismo não ocorra, o mais novo “vira bicho.”

Com a perda das terras, o sustento dos quilombolas passou a ser garantido pelo trabalho nas fazendas da região e por pequenos plantios feitos por alguns nos quintais. A renda é complementada por programas assistenciais, como o Bolsa Família. As principais culturas são a mandioca, o milho, o feijão, a fava, e o abacaxi. O trabalho nas fazendas não possui vínculo empregatício, chamado popularmente de “trabalho de aluguel”. Os jovens geralmente se dividem entre os estudos e o trabalho – os rapazes, nas fazendas e as moças, auxiliando nas tarefas domésticas.

Algumas famílias possuem jegues – quase sempre criados à deriva nas estradas que margeiam o território – que servem como tração animal. Apesar da notável redução das áreas de mata do território, alguns ainda caçam, principalmente aves e répteis.

Entre as festas mais importantes do quilombo estão a festa de São João, a *festa dos casados, solteiros e idosos*, a *festa do berimbau* (feita em determinadas atividades cotidianas ligadas ao trabalho, como em casos de “aterro do chão” de casas de barro) e a *noite quilombola*, criada em tempos recentes como forma de valorizar a identidade quilombola do grupo.

A religiosidade dos Quilombolas de Caraíbas une a devoção a santos católicos com as práticas de benzeção. **As benzedeadas da comunidade são mulheres muito respeitadas. Cabe às mais antigas passar o conhecimento às mais novas – tanto as rezas quanto a escolha das ervas para cada caso.** Elas são procuradas principalmente em casos de doenças “do corpo” – febre e dor de cabeça – ou em casos de “mau olhado” e “quebrante”.



Promessas religiosas no quilombo

As promessas feitas aos santos são centrais na fé dos moradores. No interior das casas há diversos quadros com imagens de santos nas paredes. Nas promessas, amarram laços de fita ao redor dos quadros. Os santos e as cores dos laços variam de acordo com o pedido.

A expectativa da titulação do território em um futuro próximo significa para os quilombolas a possibilidade de superar as dificuldades que marcam a vida no “tempo atual”. Em 3 de julho de 2015 foi publicada a portaria que reconhece como território quilombola a área pleiteada pela comunidade. Essa etapa foi seguida pela assinatura do decreto presidencial em 01 de abril de 2016, autorizando a finalização do processo, desintrusão das terras ocupadas por terceiros e, finalmente, a titulação.

O reconhecimento territorial representa uma grande vitória, indicando que o quilombo agora está muito próximo de reaver seu território e começar um novo capítulo, mais justo e próspero em sua história.

Este texto foi composto por Suely Virgínia dos Santos a partir do Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Caraíbas, em Canhoba/SE, elaborado pela equipe formada por Mariana Balen Fernandes, Aderval Costa Filho, Rafael Lopes Franco, Vinicius Pereira de Oliveira e Cristian Jobi Salaini. Todas as fotos são do Relatório.

Uma palavra da comunidade

Caraíbas

Nós, da Associação Quilombola Dona Paqueza Piloto, da Comunidade Caraíbas – Canhoba, nos reunimos em uma assembléia para falar de nossa comunidade. Temos tido muitas conquistas, como a fundação de nossa associação de moradores, a escrita do Relatório Antropológico e, com ela, a Portaria de delimitação do território e a Certidão de Reconhecimento de nossa comunidade. Passamos também por muitas dificuldades, como manter nosso povo organizado, mesmo com a morosidade das desapropriações do território de nosso quilombo, pois acabamos por precisar trabalhar para os próprios fazendeiros que ocupam nossas terras. Assim, vivemos dentro de um território cercado por fazendeiros, mas tudo pertence ao quilombo.

Já fomos reconhecidos pela Fundação Palmares, mas ainda assim nossas mulheres e nossos homens precisam trabalhar a diária para sobreviver. Nosso povo tem que negar sua história para continuar trabalhando nas fazendas. Quem se auto define quilombola, quem abraça a luta, perde o trabalho. Além disso, as ameaças são constantes e não temos o auxílio de políticas públicas que atendam nossas demandas específicas. Por exemplo, temos enfrentado a administração municipal, que a cada gestão nos surpreende com mais descaso.

Queremos os nossos direitos, que são garantidos na Constituição: educação quilombola, saúde quilombola. Temos apenas enfrentado dificuldades, com escolas defasadas, sem a infraestrutura básica necessária. O que vemos é o município tentar barrar a cada gestão os nossos direitos. Já acessamos alguns dos nossos direitos nesta área, mas ainda foi insuficiente. Precisamos de educação e saúde de verdade, e terra para trabalhar! Temos necessidade de nossa terra, de mais atendimentos na área da saúde para o povo, educação para

nossas crianças e jovens e, além de tudo, habitação de qualidade para todos nós, pois o que temos de moradia é pouco, e o Estado brasileiro nos deve isso.

Nosso maior sonho é vermos as terras que nos pertencem desapropriadas e tituladas em favor do Quilombo, e as políticas públicas de fato aplicadas em nosso quilombo. Enquanto isso, vamos trabalhando com nossos bordados, produzindo vassouras, criando galinhas de capoeira e suínos. Não desanimamos. Queremos lutar sempre. Desistir nunca. Precisamos desencurrular o nosso povo, que vive encurralado.



Um dos tanques do território

Palavra da comunidade construída por Xifronese dos Santos – presidenta da Associação de moradores.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S237qu Santos, Suely Virgínia dos
O Quilombo de Caraíbas / , Suely Virgínia dos Santos . - Belo Horizonte :
FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório antropológico da Comunidade Quilombola Caraíbas,
em Canhoba/SE, elaborado em 2010, pela equipe formada por Mariana Balen
Fernandes, Aderval Costa Filho, Rafael Lopes Franco, Vinicius Pereira de
Oliveira e Cristian Jobi Salaini. Todas as fotos são do Relatório.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório antropológico da Comunidade
Quilombola Caraíbas, em Canhoba/SE. I.Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E SOCIAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS